

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS - CEJURPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO

**O PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO NO PROCESSO DO
TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL
DURAÇÃO DO PROCESSO**

MARCELO GRANGEIRO DE MATTOS

Manaus/AM, novembro de 2011

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO

**O PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO NO PROCESSO DO
TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL
DURAÇÃO DO PROCESSO**

MARCELO GRANGEIRO DE MATTOS

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Ciência Jurídica da
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre em Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor André Lippi Pinto Basto Lupi

Manaus/AM - 2011

SUMÁRIO

RESUMO	ix
RESUMEN	x
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL.....	14
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: VISÃO CONTEXTUAL.....	14
1.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS	14
1.2.1 Direitos Fundamentais na Obra de Robert Alexy	14
1.3 PRINCÍPIOS NA OBRA DE ROBERT ALEXY	17
1.4 PRINCÍPIOS NA OBRA DE RONALD DWORKIN	18
1.4.1 Distinção entre princípios e regras na obra de Ronald Dworkin.....	19
1.5 PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS.....	21
1.6 NORMAS CONSTITUCIONAIS: SISTEMA ABERTO DE PRINCÍPIOS E REGRAS.....	24
1.7 O DIREITO À DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	26
1.8 O CASO BRASILEIRO: EM BUSCA DA APLICABILIDADE IMEDIATA	28
1.8.1 Conteúdo e alcance do princípio.....	32
1.9 O PRINCÍPIO DA CELERIDADE E RAZOÁVEL DURAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO: A APLICAÇÃO DE NORMAS DA ÚLTIMA REFORMA DO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO POR IMPOSIÇÃO DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE	35
1.9.1 A aplicação da norma processual mais favorável à celeridade.....	35
1.9.2 Como medir a razoabilidade da duração do processo?	38
1.9.3 As Comissões de Conciliação Prévia – Lei n. 9.958/00	41
CAPÍTULO 2 - AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS ALTERAÇÕES NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	47
2.1 A EMENDA CONSTITUCIONAL NO. 45/2004 E A NOVA ORDEM – RELAÇÃO DE TRABALHO	47
2.2 PROCEDIMENTO DAS NOVAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.	55

CAPÍTULO 3 - O PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO NA JUSTIÇA DO TRABALHO	63
3.1 DIREITO ROMANO	63
3.2 DIREITO PORTUGUÊS	65
3.3 O PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	65
3.3.1 Hipóteses de cabimento do procedimento sumaríssimo	66
3.3.2 Inaplicabilidade do recurso de revista no procedimento sumaríssimo	67
3.3.3 A audiência nos moldes da lei 9.957/2.000.....	69
3.3.4 A Sentença, à Luz do Procedimento Sumaríssimo	71
3.3.5 Pontos de Celeridade Processual Trabalhista	73
3.3.6 Os Recursos no Procedimento Sumaríssimo.....	78
3.3.7 A Avaliação do Procedimento Sumaríssimo na aplicação prática.....	81
3.3.8 O Procedimento Sumário e o Sumaríssimo	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
ANEXO	95

RESUMO

A presente dissertação resulta da pesquisa que tem por objeto de estudo: “O procedimento sumaríssimo no processo do trabalho à luz do princípio da razoável duração do processo”. O tema será desenvolvido na linha de pesquisa Produção e Aplicação do Direito, na área de concentração, denominada Hermenêutica e Principiologia Constitucional. O seu objetivo é investigar – através da doutrina, legislação e jurisprudência – a força normativa do princípio da razoável duração do processo e os meios de celeridade para implementação para a entrega da prestação jurisdicional efetiva na área trabalhista. Como o tema é muito amplo, os estudos concentram-se no procedimento sumaríssimo trabalhista. Compreender a nova Justiça do Trabalho, sua nova competência e investigar as possibilidades de resolver alguns problemas relacionados à morosidade na tramitação dos processos têm relevância e atualidade, porque tal tema é comum nos Conselhos Judiciários (o Nacional e o Trabalhista), em eventos científicos, inclusive na mídia. Apresentar soluções para resolução do problema é de grande valia para a efetivação da justiça. Os estudos encontram-se divididos em três capítulos. O Primeiro capítulo aborda os Princípios Constitucionais no Âmbito do Direito Processual, passando pelos Direitos fundamentais, principalmente na visão dos Neo Constitucionalistas, fazendo a distinção entre norma e princípios, princípios e regras, princípios processuais constitucionais, normas constitucionais: sistema aberto de princípios e regras, até chegarmos no direito à duração razoável do processo no ordenamento jurídico brasileiro, para finalizar com o princípio da celeridade e razoável duração no processo do trabalho: a aplicação de normas da última reforma do CPC ao processo do trabalho por imposição do princípio da celeridade. O segundo capítulo trata das novas relações de trabalho e as alterações na Justiça do Trabalho, a EC no. 45 de 2004 e a nova ordem – relação de trabalho, procedimento das novas ações de competência da justiça do trabalho. Como encerramento, o capítulo três, tece considerações a respeito do procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho, hipótese de cabimento, inaplicabilidade, a audiência nos moldes do procedimento sumaríssimo, a sentença, os recursos, pontos de celeridade processual trabalhista e a avaliação do procedimento na aplicação prática, o procedimento sumário e o sumaríssimo; chegando às considerações finais.

Palavras-chave: Procedimento Sumaríssimo. Princípio da Razoável Duração do Processo. Celeridade.